



## **POLICY BRIEF N. 10**

### **BACIA DE PELOTAS:**

Uma fronteira exploratória  
em ascensão



## **INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS ZÉ EDUARDO DUTRA - INEEP**

### **EXPEDIENTE**

#### **DIREÇÃO TÉCNICA**

Mahatma Ramos  
Ticianá Alvares

#### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Francismar Ferreira

#### **AUTOR**

Francismar Ferreira<sup>1</sup>

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Maria Clara Arouca (Pesquisa e Dados)

#### **COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO**

Lídia Michelle Azevedo

#### **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO**

Laura Cardoso

#### **DESIGN E DIAGRAMAÇÃO**

Sandro Mesquita

#### **FOTO DE CAPA**

Ilustração Digital com recurso de IA

## **BACIA DE PELOTAS: UMA FRONTEIRA EXPLORATÓRIA EM ASCENSÃO**

### **RESUMO EXECUTIVO**

A Bacia de Pelotas a partir de 2020 se consolidou como uma fronteira estratégica para a segurança energética brasileira. A reavaliação de seu potencial, impulsionada por evidências geológicas na margem africana, reposicionou a bacia no mapa exploratório do país. A efetiva materialização desse potencial, contudo, está condicionada à ampliação dos investimentos em exploração. Os desdobramentos econômicos das atividades de exploração e produção na bacia tendem a ser particularmente relevantes para o Rio Grande do Sul, que já dispõe de infraestrutura consolidada

nos segmentos de refino, logística e de encadeamentos com a exploração e produção, especialmente via indústria naval. Nesse contexto, torna-se central articular o avanço das atividades exploratórias e eventualmente produtivas a uma estratégia integrada que envolva políticas de conteúdo local, expansão da capacidade de refino e instrumentos capazes de direcionar os recursos gerados para o financiamento de novas rotas tecnológicas, com ênfase na descarbonização, na adaptação às mudanças climáticas e no avanço da transição energética.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia, pesquisador na área de Exploração e Produção (E&P) e coordenador de pesquisas do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança energética constitui o pilar fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da soberania nacional, dado que a estrutura produtiva e a organização social contemporâneas dependem intrinsecamente da estabilidade no suprimento de energia. Nesse cenário, o petróleo e o gás natural preservam sua centralidade estratégica, atuando tanto como fontes primárias de energia quanto como insumos básicos para complexas cadeias industriais. No caso brasileiro, contudo, delinea-se um desafio de natureza estrutural: as projeções do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2035) indicam que a produção nacional deverá atingir seu pico por volta de 2032, passando a declinar posteriormente, em função da maturidade dos campos e de uma relação reserva-produção da ordem de 13 anos, o que impõe restrições relevantes ao horizonte de planejamento energético de longo prazo.

Diante de um cenário em que a demanda por petróleo e gás, tanto no plano doméstico quanto internacional, tende a manter trajetória de crescimento até 2050, mesmo com a expansão das fontes renováveis (OPEC, 2025), a garantia da autossuficiência energética brasileira passa, necessariamente, pela ampliação dos investimentos em atividades exploratórias, especialmente em novas fronteiras. Nesse contexto, é fundamental compreender que o avanço da fronteira petrolífera não se coloca em oposição à agenda climática. Ao contrário, o segmento de exploração e produção no Brasil, marcado por menor intensidade de carbono e inserido em uma matriz energética relativamente mais limpa, pode desempenhar papel estratégico na geração de excedentes econômicos capazes de viabilizar o financiamento da própria transição energética.

Dessa forma, a expansão das atividades exploratórias deve ser interpretada não como ruptura, mas como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento, que articula segurança energética, soberania nacional e a construção de novas rotas tecnológicas voltadas à descarbonização e à adaptação climática.

Nesse contexto, a Bacia de Pelotas emerge como uma região promissora e estrategicamente relevante do mapa exploratório brasileiro recente. Historicamente mantida na periferia dos investimentos setoriais em função do sucesso exploratório do Sudeste e das incertezas geológicas iniciais, a bacia passou por uma profunda reavaliação de risco a partir da década de 2020. Esse movimento está diretamente relacionado às descobertas realizadas na margem africana conjugada, especificamente na Namíbia, cujas descobertas em águas ultraprofundas forneceram evidências análogas de sistemas petrolíferos ativos que podem se replicar na costa sul do Brasil.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o potencial exploratório da Bacia de Pelotas e seus possíveis desdobramentos para a segurança energética, o desenvolvimento nacional e a condução da transição energética

no Brasil. Parte-se do entendimento de que a avaliação desse potencial não pode ser dissociada de uma abordagem integrada, que articule essas dimensões de forma indissociável, situando a bacia no quadro mais amplo das transformações estruturais em curso na indústria de petróleo e gás, tanto no plano doméstico quanto no cenário internacional.

## 2. CONTEXTO E PROBLEMA

A segurança energética é estruturante para desenvolvimento socioeconômico e a soberania nacional, dado que todas as atividades produtivas e formas de organização social dependem, direta ou indiretamente, de energia. Nesse contexto, o petróleo possui papel estratégico, seja como fonte energética, seja como insumo fundamental para diversas cadeias produtivas.

As projeções do Plano Decenal de Expansão de Energia 2035 da EPE, indicam que a produção nacional de petróleo deve atingir seu pico por volta de 2032, passando a declinar a partir de então. Esse quadro é condicionado por fatores estruturais, como a relação reserva-produção (R/P), estimada pela ANP (2025) em cerca de 13 anos, e pelo elevado tempo entre o início da exploração e início da produção projetos offshore, que varia entre 7 e 10 anos (EPE, 2024). Por outro lado, as estimativas da OPEC (2025) indicam expansão da demanda por petróleo até 2050, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. No caso brasileiro, com crescimento próximo de 34% entre 2024 e 2050. Nesse contexto, a garantia da segurança energética no longo prazo do Brasil exige a ampliação das atividades exploratórias, especialmente em direção a novas fronteiras.

Os avanços nas atividades exploratórias de petróleo e gás no Brasil não se colocam, necessariamente, como entraves à transição energética e a resolução da crise climática global. No país, o principal vetor de emissões de gases de efeito estufa está associado à mudança do uso da terra e ao desmatamento, e não ao setor energético<sup>2</sup>. Além disso, a matriz energética brasileira apresenta menor intensidade de carbono em relação à média global<sup>3</sup>. Dessa forma, a agenda da transição energética no Brasil requer abordagem própria, que evite a reprodução acrítica de modelos exógenos e considere as particularidades estruturais da economia e do perfil de emissões do país. Além disso, o encerramento das atividades de explora-

---

<sup>2</sup> O perfil das emissões de GEE por setor pode ser consultado em: [https://plataforma.seeg.eco.br/?yearRange%5B0%5D=1990&yearRange%5B1%5D=2024&emissionType%5B0%5D=1&gas=8&groupBy=Sector&rankBy=State&filtersTab=highlights&statisticsTab=historical&\\_gl=1%2A1bjz1o%2A\\_ga%2AMzQ0MzQ4NjUwLjE3NzQ3MDI0OTU%2A\\_ga\\_XZWSWEJDWQ%2AczE3NzQ3MDI0OTUkbzEkZzAkdDE3NzQ3MDI0OTUkajYwJGwwJGgw](https://plataforma.seeg.eco.br/?yearRange%5B0%5D=1990&yearRange%5B1%5D=2024&emissionType%5B0%5D=1&gas=8&groupBy=Sector&rankBy=State&filtersTab=highlights&statisticsTab=historical&_gl=1%2A1bjz1o%2A_ga%2AMzQ0MzQ4NjUwLjE3NzQ3MDI0OTU%2A_ga_XZWSWEJDWQ%2AczE3NzQ3MDI0OTUkbzEkZzAkdDE3NzQ3MDI0OTUkajYwJGwwJGgw)

<sup>3</sup> A comparação da matriz energética brasileira e mundial pode ser consultada em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>

ção e produção isoladamente não resolve a crise climática global, visto que essa demanda cooperação e responsabilização mútua no cenário internacional.

No contexto brasileiro, a transição energética não se coloca como ruptura com as operações de exploração e produção (E&P), mas como um processo articulado entre essas atividades. A indústria do petróleo segue desempenhando função estruturante, tanto na garantia da segurança energética quanto na geração de excedentes econômicos fundamentais para viabilizar investimentos em tecnologias de descarbonização, no desenvolvimento de novas rotas tecnológicas e na implementação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Destarte, a agenda de E&P deve ser compreendida como vetor estratégico, associado à soberania nacional e à condução de uma transição compatível com as especificidades dos desenvolvimentos brasileiro e regional, e não como uma oposição entre preservação e desenvolvimento.

O Brasil ainda dispõe de bacias sedimentares com expressivo potencial exploratório a ser desenvolvido. Nesse conjunto, a Bacia de Pelotas se destaca como uma fronteira ainda pouco explorada, historicamente periférica à dinâmica da indústria nacional de petróleo e gás. Contudo, a partir da década de 2020, essa condição começou a se alterar, à medida que a bacia passou a atrair maior interesse exploratório, impulsionado pelas descobertas realizadas na costa da Namíbia, região que apresenta similaridades geológicas relevantes com Pelotas, reconfigurando sua posição no mapa estratégico da exploração no país.

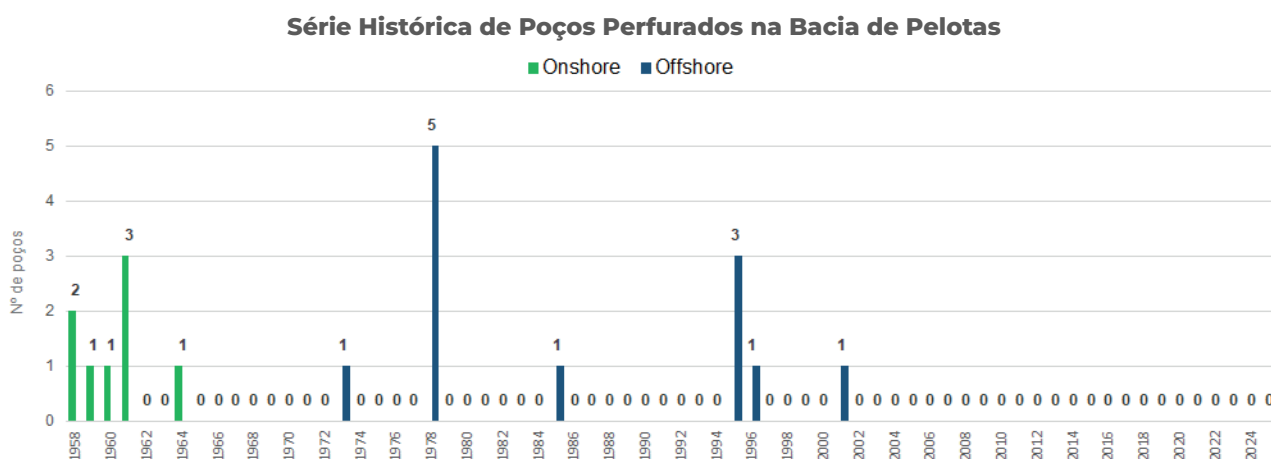
### 3. ANÁLISE E EVIDÊNCIAS

#### 3.1 AS FASES DA TRAJETÓRIA EXPLORATÓRIA DA BACIA DE PELOTAS

Localizada no extremo sul da margem leste brasileira, a Bacia de Pelotas abrange áreas continentais e marítimas. Sua porção *onshore* ocupa aproximadamente 40,9 mil km<sup>2</sup>, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, enquanto a área *offshore* alcança cerca de 346,9 mil km<sup>2</sup> ao longo da plataforma e do talude continental desses estados. No território brasileiro, seus limites estendem-se desde o Alto de Florianópolis, ao norte — em contato geológico com a Bacia de Santos —, até a fronteira com o Uruguai, ao sul, configurando uma ampla província sedimentar associada à evolução da margem atlântica meridional (ANP, 2021).

Apesar de sua expressiva extensão territorial (superior à área do Mato Grosso do Sul), a Bacia de Pelotas permaneceu, ao longo de sua trajetória, à margem das principais frentes de exploração petrolífera no Brasil. Entre 1958, quando foi realizada a primeira perfuração na porção *onshore*, e 2025, foram perfurados apenas 20 poços exploratórios, incluindo poços estratigráficos e pioneiros, conforme registros da ANP.

Esse conjunto restrito de perfurações distribuiu-se em duas fases. A primeira, entre 1958 e 1964, concentrou-se na porção continental, com a perfuração de oito poços. A segunda ocorreu entre 1973 e 2001, quando as atividades se deslocaram para o ambiente *offshore*, resultando na perfuração de doze poços, sendo 2001 o ano do último poço exploratório perfurado na bacia. A série histórica de poços exploratórios perfurados na Bacia de Pelotas pode ser vista no gráfico 01.



Fonte: ANP. Elaboração: Ineep.

Apesar dessas iniciativas, não foram identificados indícios significativos de hidrocarbonetos. A ausência de descobertas, combinada ao êxito exploratório em outras bacias sedimentares brasileiras, contribuiu para o redirecionamento dos investimentos para províncias mais promissoras, relegando a Bacia de Pelotas a uma posição secundária nas estratégias do setor e limitando o avanço das atividades exploratórias ao longo das décadas.

No âmbito das licitações de áreas exploratórias conduzidas pela ANP, a Bacia de Pelotas permaneceu, por um longo período (praticamente duas décadas) à margem do interesse das empresas do setor. As sucessivas rodadas realizadas entre 1998 e 2020 evidenciam essa baixa atratividade, com um número bastante reduzido de blocos arrematados, concentrados, em sua maioria, na atuação isolada da Petrobras conforme indica a tabela 01.

Esse quadro, contudo, começa a se alterar a partir do 4º e do 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, realizados pela ANP em 2023 e 2025 respectivamente. Observa-se, nesse intervalo, uma inflexão relevante no comportamento das petroleiras, indicando uma reavaliação do potencial exploratório da bacia. Ao todo, nos dois certames, foram arrematados 47 blocos, com protagonismo da Petrobras como operadora em consórcios com grandes companhias internacionais, como Shell, CNOOC, Galp e também pela atuação da estadunidense Chevron.

**TABELA 1: TRAJETÓRIA DE BLOCOS OFERTADOS E ARREMATADOS NA BACIA DE PELOTAS ENTRE 1998 E 2025**

Rodada	Ano	N° de Blocos ofertados	N° de blocos arrematados	N° de blocos arrematados por empresa
Rodada Zero	1998	-	2	Petrobras (100%)
4	2002	1	0	-
5	2003	33	0	-
6	2004	33	6	Petrobras (100%)
7	2005	27	0	-
8	2006	27	Rodada suspensa	
13	2015	51	0	-
14	2017	6	0	-
3º ciclo de OPC	2022	115	0	-
4º Ciclo de OPC	2023	165	44	26 (Petrobras* (70%) e Shell (30%)), 3 Petrobras* (50%) e Shell (30%) CNOOC (20%) e 15 Chevron (100%)
5º Ciclo de OPC	2025	34	3	(Petrobras* (70%) e Petrogal (30%))

Fonte: ANP. Elaboração Ineep.

O interesse exploratório na Bacia de Pelotas a partir de 2023, não deve ser interpretado como um evento pontual desconectado de uma dinâmica mais ampla. Trata-se, na realidade, da convergência entre dois vetores centrais: de um lado, a necessidade estrutural das grandes petroleiras pela recomposição de suas reservas; de outro, a incorporação de novas evidências geológicas que reconfiguram a percepção de risco da Bacia de Pelotas.

Nesse contexto, as analogias geológicas entre a Bacia de Pelotas e a Bacia de Orange passam a desempenhar um papel relevante na reavaliação do seu potencial exploratório. As descobertas de petróleo e gás realizadas na margem da Namíbia como Graff, Vênus e Mopane, evidenciam a presença de um sistema petrolífero ativo em águas ultraprofundas, reposicionando aquela região como uma nova fronteira de elevada atratividade no cenário internacional.

Do ponto de vista geológico, essa correlação não se limita à proximidade espacial no Atlântico Sul, mas está associada à própria evolução geológica dessas margens. Trata-se de áreas conjugadas, "espelho", compartilhando uma história geológica comum desde a separação do supercontinente Gondwana. Nessa perspectiva, é plausível considerar a ocorrência de elementos análogos do sistema petrolífero (rochas geradoras, reservatórios e configurações estruturais) que compartilham uma trajetória evolutiva comum (Zalán, 2017 e 2023).

A partir dessa realidade, a Bacia de Pelotas passa a ser interpretada sob uma nova chave analítica, na qual o risco exploratório é relativizado pela existência de evidências concretas na margem africana. Isso sustenta a hipótese de que a bacia brasileira possa abrigar sistemas petrolíferos ativos ainda não testados, semelhantes aos já comprovados no outro lado do Atlântico.

A Bacia de Pelotas no Brasil é composta por duas sub-bacias: Pelotas Norte e Pelotas Sul, separadas pelo Alto de Torres. A sub-bacia Pelotas Norte, em certa medida, é uma extensão meridional da Bacia de Santos, sem uma separação geológica significativa (ZALÁN, 2023). Em contraste, a sub-bacia Pelotas Sul configura uma unidade com características próprias, marcada por maior profundidade e pelo desenvolvimento de sequências sedimentares mais espessas (ZALÁN, 2023). É justamente essa porção, em articulação com as margens do Uruguai e da Argentina, que apresenta maior aderência aos modelos observados na margem africana, reforçando a leitura de sistemas conjugados no Atlântico Sul (ZALÁN, 2023)<sup>4</sup>.

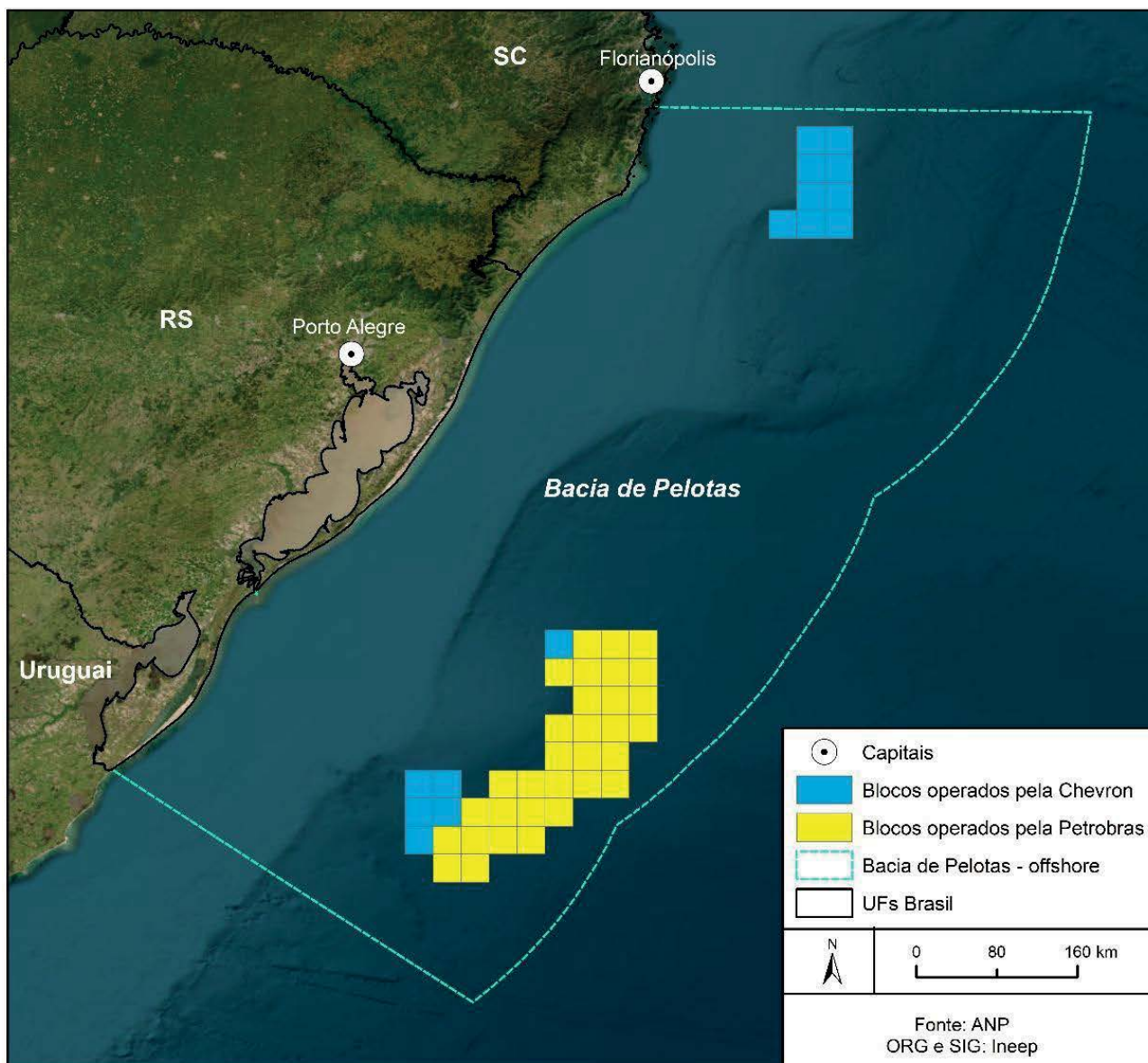
Em síntese, a trajetória exploratória da Bacia de Pelotas pode ser sintetizada em três fases distintas. A primeira de 1958 até 2001 marcada pelas poucas e fragmentadas perfurações exploratórias que não resultaram em descobertas. A segunda, de 2001 a 2022, caracterizada pelo longo período de baixo interesse, refletindo a ausência de dinamismo exploratório na bacia. E a terceira a partir de 2023, quando a bacia passa a integrar o radar das empresas do setor, impulsionada, em grande medida, pelas descobertas da costa da Namíbia, que redefiniu a percepção de risco e potencial desta província.

Atualmente, a Bacia de Pelotas conta com 47 blocos exploratórios contratados. Desse total, a Petrobras opera 32 blocos, enquanto a Chevron é operadora dos outros 15 restantes. Observa-se, ainda, diferenciação nas estratégias empresariais. Os ativos operados pela Chevron distribuem-se entre as sub-bacias Pelotas Norte e Sul, enquanto a Petrobras concentra sua atuação na porção sul, indicando priorização da estatal de áreas com maior analogia geológica com a margem africana. No Mapa 1 pode ser visualizado a localização das áreas exploratórias contratadas na Bacia de Pelotas.

---

<sup>4</sup> Segundo Zalán (2023, p. 40,) a sub-bacia de Pelotas Sul possui, “uma grande probabilidade de conter vários campos de óleo leve e gás, em turbiditos cretácicos e paleogênicos, com reservas individuais na ordem de várias centenas de milhões de boer; alguns gigantes. Cumulativamente, poder-se-á chegar a alguns bilhões de boer, quiçá um pouco mais de uma dezena de bilhões de boer”. Em entrevista ao jornal *O Globo* (2024), Zalán indicou que a Bacia de Pelotas apresenta potencial exploratório relevante, com estimativas preliminares que apontam para volumes entre 10 e 15 bilhões de barris de petróleo. Apesar das estimativas, o verdadeiro potencial da bacia somente será conhecido mediante avanço das atividades exploratórias.

**Mapa 1: Blocos exploratórios contratados na Bacia de Pelotas**



Cabe destacar que uma parcela relevante das petroleiras com atuação na Bacia de Pelotas já possuem experiência acumulada na Bacia de Orange, na margem da Namíbia. A Shell, por exemplo, que participa em consórcio com a Petrobras em 26 blocos na Bacia de Pelotas, foi a operadora do consórcio responsável pela descoberta do campo Graff, em 2022, uma das primeiras e mais relevantes da região. A Galp, que atua em três blocos na bacia de Pelotas operados pela Petrobras, atua em diversos blocos da Bacia de Orange, incluindo participação na descoberta do reservatório de Mopane, anunciada em 2024. Por sua vez, a Chevron também possui operações em blocos exploratórios na costa na Namíbia.

No caso da Petrobras, observa-se movimento recente de reentrada na margem africana. Em fevereiro de 2026, a companhia anunciou a aquisição de 42,5% de participação no Bloco 2613, na Bacia de Lüderitz, na Namíbia<sup>5</sup>.

Apesar da formação geológica semelhante com a Bacia do Rio Orange, há de se ressaltar que isso por si só não garante a ocorrência de petróleo e gás em escala comercial em Pelotas. A efetiva comprovação de seu potencial depende, necessariamente, da disposição das empresas em assumir o risco inerente à atividade exploratória, avançando nas etapas de aquisição de dados sísmicos e, sobretudo, na perfuração de poços exploratórios, que são, em última instância, o único meio de confirmar a presença de hidrocarbonetos em escala econômica.

### 3.2. A CADEIA DE ÓLEO E GÁS NO RIO GRANDE DO SUL

O desenvolvimento das atividades de exploração e produção poderá implicar em efeitos diretos sobre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo esse último o mais impactado tendo em vista que toda a costa do estado é confrontante a bacia de Pelotas, diferentemente de Santa Catarina onde apenas a porção sul do estado é confrontante a bacia (Mapa 1).

A cadeia de petróleo e gás nos estados confrontantes à bacia de Pelotas, sobretudo o Rio Grande do Sul, já possui importante nível de participação nas dinâmicas produtivas e na divisão territorial do trabalho do setor. O estado gaúcho apesar de não ter operações de exploração e produção até o momento, se destaca pela sua atuação no segmento de refino, petroquímico e naval.

No segmento de refino, o Rio Grande do Sul abriga duas unidades que expressam, simultaneamente, a consolidação histórica do parque petrolífero e as inflexões recentes associadas à transição energética. A Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), da Petrobras, localizada em Canoas e inaugurada em 1968, constitui o principal polo de processamento do estado, com capacidade da ordem de 220 mil barris por dia, cerca de 9% da capacidade nacional de refino (ANP, 2025). Trata-se de uma unidade com elevado grau de diversificação produtiva, responsável pelo suprimento de derivados essenciais como diesel, gasolina, GLP, querosene de aviação e óleo combustível além de insumos petroquímicos e industriais, a exemplo de solventes, asfalto, coque, enxofre e propeno (Petrobras, 2026). Sua área de influência abrange o mercado gaúcho e parcelas de Santa Catarina e Paraná, articulando-se ainda com outras regiões por meio da cabotagem e da exportação de excedentes (Petrobras, 2026).

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre o retorno da Petrobras a Namíbia pode ser consultado em: <https://agencia.petrobras.com.br/w/petrobras-adquire-participa%C3%A7%C3%A3o-em-bloco-explorat%C3%B3rio-na-rep%C3%BAblica-da-nam%C3%ADbia>

Por sua vez, a Refinaria Riograndense, situada no município de Rio Grande e em operação desde 1937, representa um caso emblemático de reconfiguração do refino no contexto contemporâneo. Com capacidade de processamento de aproximadamente 17 mil barris por dia e controle societário compartilhado entre Petrobras, Ultrapar e Braskem, a unidade passa por um processo de transformação estrutural orientado à produção de combustíveis e insumos de base renovável. Esse movimento sinaliza uma mudança qualitativa na função do ativo, que deixa de operar exclusivamente sob a lógica fóssil para se inserir em uma estratégia de descarbonização, com potencial de consolidá-la como a primeira biorrefinaria integral do país.

Para além do parque de refino, o Rio Grande do Sul dispõe de uma infraestrutura logística que assume papel estruturante na dinâmica de abastecimento e circulação de derivados. Destaca-se a malha de terminais de petróleo, em sua maioria operados pela Transpetro, assegurando a fluidez dos fluxos regionais e sua conexão com outras áreas. No segmento de gás natural, a centralidade se expressa no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), cuja operação, sob responsabilidade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBC), confere ao estado inserção relevante na malha de transporte e no suprimento energético. Adicionalmente, o Polo Petroquímico do Sul, localizado em Triunfo e em operação desde a década de 1980, representa um estágio mais avançado de agregação de valor na cadeia de óleo e gás. O complexo articula a transformação de matérias-primas em produtos petroquímicos, consolidando uma base industrial que amplia os encadeamentos produtivos e reforça o papel do estado na estrutura nacional do setor.

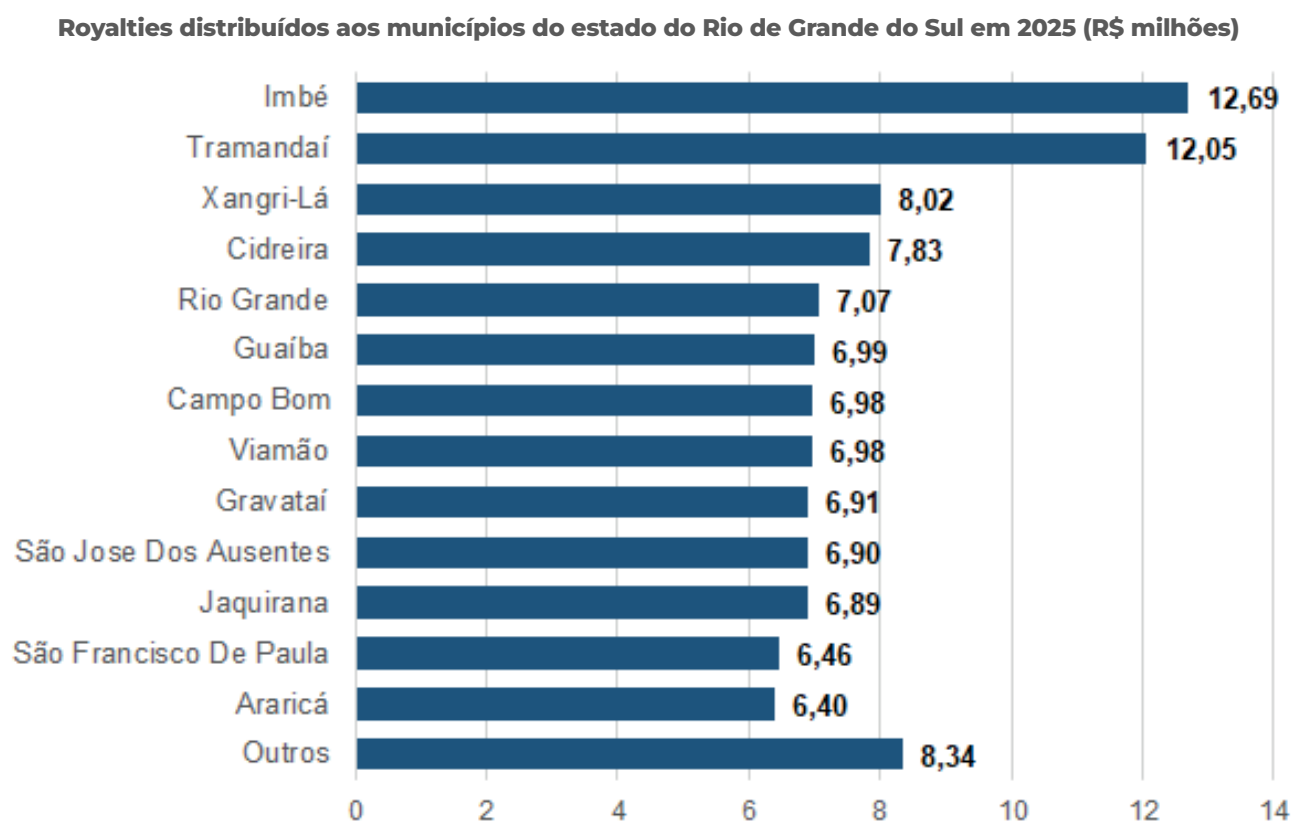
A presença dessas infraestruturas e instalações industriais permite que determinados municípios (cf. gráfico 03), direta ou indiretamente afetados por essas atividades, sejam beneficiários de rendas petrolíferas sob a forma de *royalties*. Em 2025, o montante distribuído a esses municípios alcançou aproximadamente R\$ 110,5 milhões, correspondendo a 0,52% do total de royalties repassados aos municípios brasileiros no período. A evolução dessa dinâmica ao longo do tempo pode ser observada na série histórica apresentada no Gráfico 2, enquanto a distribuição dos royalties em nível municipal, no ano de 2025, encontra-se detalhada no Gráfico 03.

**GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA SÉRIE HISTÓRICA DO MONTANTE TOTAL DE ROYALTIES DISTRIBUÍDOS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2015-2025)**



Fonte: ANP. Elaboração: Ineep.

**GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL EM 2025 (R\$/MILHÕES)**



Fonte: ANP. Elaboração: Ineep.

Por fim, vale ressaltar o importante encadeamento produtivo do estado com o setor de exploração e produção a partir do setor naval. Destaca-se nesse contexto os estaleiros Rio Grande (Ecovix), QGI, EBR e outros que atuam diretamente na construção e integração de módulos de plataformas, construção de embarcações de apoio *offshore*, reparos, descomissionamento, entre outras. Trata-se de um encadeamento direto com as operações de exploração e produção.

A cadeia de O&G do Rio Grande do Sul passou por importantes transformações na última década. No segmento de refino, além do início do processo de conversão da Refinaria Riograndense em biorrefinaria, vale mencionar a tentativa de privatização da Refap, em 2022. Naquele contexto, o denominado Cluster Refap englobava não apenas a refinaria, mas também dois terminais de armazenamento e uma rede de oleodutos, de curta e longa extensão, responsáveis por interligar essas infraestruturas. Esse arranjo logístico assegura tanto o acesso à cadeia de suprimento de petróleo quanto a conexão com o mercado consumidor de derivados no território nacional (Teaser Petrobras, 2022). Em 2023, o ciclo de desinvestimentos da Petrobras foi suspenso e a empresa manteve o controle da unidade.

As transformações mais profundas, contudo, incidiram sobre o setor naval. Em 2015, no contexto de expansão dos aportes da Petrobras associados ao desenvolvimento do pré-sal, o segmento alcançava cerca de 11 mil trabalhadores diretos, impulsionando um dinamismo econômico em toda a região sul do Rio Grande do Sul, com forte impacto também no setor de serviços. A partir de 2016, entretanto, a crise decorrente da Operação Lava Jato implicou a paralisação e o cancelamento de projetos estruturantes, produzindo efeitos sistêmicos sobre a cadeia, com impactos particularmente intensos sobre a indústria naval.

A retração dos investimentos resultou na redução das contratações junto aos estaleiros e, conseqüentemente, na expressiva queda do nível de emprego, que atingiu, em 2018, pouco mais de 600 trabalhadores nos estaleiros do Rio Grande do Sul. Ainda que se observe uma recuperação pontual entre 2022 e 2023, o movimento não se sustentou, sendo seguido por novo recuo em 2024, ano em que o estado teve muitas atividades paralisadas pelas enchentes.

Mais recentemente, em 2025 e no início de 2026, observa-se uma inflexão nesse quadro, com a celebração de novos contratos entre Petrobras, Transpetro e estaleiros da região, no âmbito do Programa Mar Aberto. A iniciativa, conduzida pelo governo federal, sinaliza uma tentativa de recomposição da capacidade industrial naval e *offshore* do país após um prolongado período de desestruturação, recolocando o setor na agenda estratégica do desenvolvimento produtivo nacional.

**TABELA 2: TRABALHADORES DO SETOR DE ÓLEO E GÁS E DA INDÚSTRIA NAVAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Setores		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Setor de O&G	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	19	6	5	0	4	4	10	26	10	4
	Fabricação de produtos do refino de petróleo	1.414	1.201	1.123	1.091	1.081	1.037	971	1.015	1.149	1.192
	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	149	3	98	84	76	44	2	1	1	1
	Transporte dutoviário	110	112	111	111	107	108	101	99	105	130
<b>Total setor de O&amp;G</b>		<b>1.692</b>	<b>1.322</b>	<b>1.337</b>	<b>1.286</b>	<b>1.268</b>	<b>1.193</b>	<b>1.084</b>	<b>1.141</b>	<b>1.265</b>	<b>1.327</b>
Setor Naval	Construção de embarcações de grande porte	8.935	7.014	2.428	544	1.515	1.941	698	3.187	3.904	806
	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	213	24	18	15	23	18	14	24	28	22
	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	50	39	28	66	66	60	100	135	120	114
<b>Total setor naval</b>		<b>9.198</b>	<b>7.077</b>	<b>2.474</b>	<b>625</b>	<b>1.604</b>	<b>2.019</b>	<b>812</b>	<b>3.346</b>	<b>4.052</b>	<b>942</b>
Petroquímico	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	805	772	771	758	758	766	770	771	767	782
<b>Total geral</b>		<b>11.695</b>	<b>9.171</b>	<b>4.582</b>	<b>2.669</b>	<b>3.630</b>	<b>3.978</b>	<b>2.666</b>	<b>5.258</b>	<b>6.084</b>	<b>3.051</b>

Fonte: RAIS. Elaboração Ineep.

Em síntese, o Rio Grande do Sul evidencia uma inserção estruturalmente relevante na cadeia nacional de petróleo e gás, ainda que desprovido, até o momento, de operações de exploração e produção. Tal inserção se ancora em uma base diversificada (refino, petroquímica, logística e indústria naval) que lhe confere papel significativo na divisão territorial do trabalho do setor. Contudo, essa posição mostra-se fortemente condicionada à dinâmica dos ciclos de investimento, particularmente no segmento naval, cuja trajetória recente expressa elevada sensibilidade às inflexões da indústria. Nesse quadro, o eventual desenvolvimento da Bacia de Pelotas tende a ampliar e densificar os encadeamentos produtivos já existentes. Entretanto, a materialização de seus efeitos dependerá da existência de uma estratégia coordenada que articule política energética, diretrizes de conteúdo local e instrumentos de política industrial, de modo a assegurar a internalização dos benefícios econômicos e o fortalecimento das capacidades produtivas regionais.

## 4. RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, recomenda-se:

- **Ampliar os investimentos exploratórios, em especial na bacia de Pelotas.** No atual Plano de Negócios da Petrobras (2026-2030), observa-se uma redução de cerca de 10% nos investimentos destinados à perfuração exploratória, que passaram de US\$ 7,9 bilhões no ciclo anterior (2025-2029) para US\$ 7,1 bilhões. Esse movimento é acompanhado pela diminuição do número de poços planejados, de 51 para 40. Soma-se a isso a ausência de previsões de perfuração na Bacia de Pelotas, o que evidencia a necessidade de reverter esse quadro para viabilizar o avanço das atividades exploratórias na região.
- **Assegurar que a ampliação dos investimentos em exploração seja acompanhada, de forma articulada, por investimentos na expansão da capacidade refino, local e/ou nacional como estratégia para fortalecer a integração da cadeia petrolífera.** Essa diretriz é fundamental para reduzir a dependência externa de derivados e superar a lógica do modelo primário-exportador ainda predominante.
- **Que a potencial produção de gás natural da Bacia de Pelotas seja integrada de forma coordenada à infraestrutura energética regional,** articulando-se à potencial retomada da operação de gás da Argentina via Uruguiana e viabilizando, em bases competitivas, a implantação de uma planta de fertilizantes na região, de modo a otimizar o aproveitamento do recurso e fortalecer a segurança energética e produtiva da região.
- **A priorização da contratação de embarcações de apoio e de plataformas com elevado conteúdo local.** Trata-se de uma medida estratégica para a reativação da indústria naval, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil, ao estimular encadeamentos produtivos e ampliar a geração de emprego e renda no país.
- **Criar instrumentos regulatórios e financeiros que assegurem o direcionamento estratégico dos recursos oriundos da possível produção de petróleo e gás na bacia de Pelotas.** Essas medidas são fundamentais para articular os ganhos econômicos oriundos da produção ao financiamento de novas rotas tecnológicas, com ênfase na descarbonização, na adaptação às mudanças climáticas e no avanço da transição energética.
- **Destinar parte das rendas petrolíferas oriundas da potencial produção futura de petróleo e gás ao fortalecimento das cadeias produtivas vinculadas ao biorrefino,** por meio do fomento à criação e ao desenvolvimento

de pequenas unidades fabris voltadas ao beneficiamento de matérias-primas locais. A iniciativa visa atender, de forma estruturada, à demanda da Biorrefinaria Riograndense, ao mesmo tempo em que promove o adensamento produtivo, a geração de empregos, a redução de custos logísticos e a interiorização do desenvolvimento no Rio Grande do Sul, contribuindo para o fortalecimento da transição energética e da economia regional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Bacia de Pelotas se coloca como uma fronteira estratégica para o futuro da indústria de petróleo e gás no Brasil, tanto do ponto de vista da segurança energética quanto da dinâmica de desenvolvimento econômico. A necessidade de reposição de reservas, diante do horizonte de declínio da produção e da relação reserva/produção, reforça a centralidade da retomada das atividades exploratórias em novas áreas, entre as quais Pelotas assume papel relevante. Nesse sentido, a bacia não deve ser compreendida como substitutiva ou alternativa circunstancial a outras fronteiras, mas como parte de uma estratégia mais ampla de diversificação geográfica da exploração, reduzindo a dependência do pré-sal e ampliando o conhecimento geológico do território nacional.

Ao mesmo tempo, o avanço das atividades de E&P na Bacia de Pelotas tende a produzir efeitos estruturantes sobre a economia regional, especialmente no Rio Grande do Sul, que já apresenta inserção consolidada na cadeia de O&G. A possível incorporação da etapa de E&P ao arranjo produtivo existente pode promover o adensamento dos encadeamentos industriais, a geração de emprego e renda e a ampliação das receitas públicas, reforçando o papel do setor como indutor do desenvolvimento regional.

Contudo, a materialização desses efeitos não é automática. Ela depende da capacidade de articulação entre política energética, diretrizes de conteúdo local e instrumentos de política industrial, de forma a garantir que a expansão da fronteira exploratória se traduza na internalização dos benefícios econômicos e no fortalecimento das capacidades produtivas nacionais. Assim, a Bacia de Pelotas deve ser entendida não apenas como uma oportunidade exploratória, mas como um vetor estratégico para a construção de uma trajetória de desenvolvimento que combine segurança energética, soberania nacional e transformação produtiva de longo prazo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2025*. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 30 mar. 2026

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). *Sumário geológico e setores em oferta: Bacia de Pelotas*. Brasília: ANP, 2021. 20 p. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/pelotas.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). *Reservas nacionais de petróleo e gás natural*. Brasília, DF: ANP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Bases Estatísticas RAIS e CAGED – Painel de Informações. Disponível em <https://bi.trabalho.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

CONTI, Bruno; PERINOTTO, José Alexandre de Jesus; VEROSLAVSKY, Gerardo; CASTILLO, María Gabriela; DE SANTA ANA, Héctor; SOTO, Matías; MORALES, Ethel. *Speculative petroleum systems of the southern Pelotas Basin, offshore Uruguay*. *Marine and Petroleum Geology*, v. 83, p. 1–25, 2017. DOI: 10.1016/j.marpetgeo.2017.02.022.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). *O papel do setor de petróleo e gás natural na transição energética*. Rio de Janeiro: EPE, 2024. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/o-papel-do-setor-de-petroleo-e-gas-natural-na-transicao-energetica>. Acesso em: 28 mar. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). *Plano Decenal de Expansão de Energia 2035*. Rio de Janeiro: EPE, 2025. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2035>. Acesso em: 28 mar. 2026.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (INEEP). *Posicionamento*. Rio de Janeiro: Ineep, 2025. Disponível em: <https://api-observatorio.ineep.org.br/posicionamento/01K9AVJSZ2EAZ3EVOYK TZERSPY.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

O GLOBO. Por que Pelotas, no Rio Grande do Sul, tem potencial para dobrar as reservas de petróleo do Brasil?. *O Globo*, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/11/08/sem-licenca-para-margem-equatorial-petrobras-se-volta-para-o-petroleo-da-bacia-de-pelotas-no-sul.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEC). *World Oil Outlook*. Viena: OPEC, 2025. Disponível em: <https://publications.opec.org/wool/Home>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PETROBRAS. Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/refinaria-alberto-pasqualini>. Acesso em: 30 mar. 2026.

PETROBRAS. *Teaser REFAP: Refinaria Alberto Pasqualini e ativos associados*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2022. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/teasers/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ZALÁN, Pedro Victor. Where Should We Drill in the Deep Waters of the Pelotas Basin, Southern Brazil and Uruguay?. In: AAPG Annual Convention and Exhibition. 2017.

ZALÁN, Pedro Victor. Potencial petrolífero remanescente do Brasil – *Estado da arte* 2023. *Derbyana*, v. 44, 2023. DOI: 10.14295/derb.v44.788. Disponível em: <https://revis-taig.emnuvens.com.br/derbyana/article/view/788>. Acesso em: 25 fev. 2026.

POLICY BRIEF N. 10 | JUNHO DE 2026

# BACIA DE PELOTAS: UMA FRONTEIRA EXPLORATÓRIA EM ASCENSÃO

## SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS

Clique nos ícones para ser redirecionado(a)



## CONTATO

[ineep.org.br](http://ineep.org.br) | [redes@ineep.org.br](mailto:redes@ineep.org.br) | (21) 97461-8060

## ENDEREÇO

Avenida Rio Branco, 133, 21º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ

